

# Batismo de sangue: um testemunho composto por muitas vozes

ANTONIO MÁRCIO MONTEIRO GUEIROS\*

**RESUMO:** Este ensaio propõe-se a analisar o testemunho sobre a luta clandestina contra a ditadura militar no Brasil construído no livro *Batismo de sangue*, de Frei Betto. Para tanto, por um lado, busca-se a compreensão de uma obra que pode ser lida como a recordação pessoal do próprio trauma e do de terceiros, imersa na narrativa coletiva dos militantes revolucionários, como uma reconstrução comunitária em que o elemento pessoal se dissolve e se confunde com o grupal; e, por outro, tenta-se decifrar as camadas narratológicas utilizadas pelo autor para a composição do relato confessional de uma geração.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura militar no Brasil; Literatura de testemunho; Romance-reportagem; Trauma.

**ABSTRACT:** This essay aims to analyze the testimony about the clandestine struggle against the military dictatorship in Brazil as built in the book *Baptism of blood*, by Frei Betto. For this, on the one hand, we seek to understand a work that can be read as a personal recollection of one's own trauma and also as that of others, immersed in the collective narrative of revolutionary militants, as a community reconstruction in which the personal and the collective elements intertwine; and, on the other hand, we try to decipher the narratological layers used by the author to compose the confessional account of a generation.

**KEYWORDS:** Journalistic novel; Military dictatorship in Brazil; Testimony literature; Trauma.

---

\* Doutorando em Teoria da Literatura – Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – 50670-901 – Recife – PE – Brasil. E-mail: antoniogueiros@gmail.com

## Introdução

O livro *Batismo de sangue*, de Frei Betto, filia-se à recente tradição do testemunho de prisioneiros e vítimas da tortura durante o período das ditaduras militares do Cone Sul da América Latina. No prefácio da 12ª edição, publicada no ano de 2001, o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, então arcebispo emérito de São Paulo, frisa que se trata “do *testemunho* de Frei Betto [...] que faz parte da história mais dolorosa que ensanguentou o Brasil” (ARNS, 2001, p. 15). Como narrativa confessional, a obra busca restituir aquilo que foi apagado pela violência do terrorismo de Estado, algo que se desenvolve como um “teatro da memória” desenhado para reconstruir a experiência do cárcere e da perseguição, com a proteção de validade reclamada por quem pode dizer que fala do que sofreu diretamente (SARLO, 2012, p. 160). Sim, Betto, frade dominicano, foi um militante político que deu apoio a organizações revolucionárias da luta armada no Brasil, perseguido e preso pelo regime ditatorial, cuja voz em primeira pessoa sempre se revela durante o texto, embora o propósito narrativo ultrapasse a mera reconstituição de sua própria experiência. Em realidade, o livro de que tratamos desdobra-se em muitas frentes, timbres, preces, gritos, denúncias, camadas, que buscam não apenas sondar o desamparo do preso político, ou os motivos do militante, mas descortinar um contraponto à desilusão da derrota sofrida por sua geração. Trataremos neste ensaio de analisar as possibilidades de leitura do presente livro, como será detalhado ao final desta nota prefacial.

No propósito de costurar uma versão a contrapelo da história oficial, o autor apresenta-se e também revela a sua memória traumática, decidindo compor a narrativa a partir da história de várias personagens (assim consideradas por uma questão puramente teórica, uma vez que desenvolveremos uma análise literária, afinal tais “personagens” tratavam-se, evidentemente, de pessoas de carne e osso) que atravessaram a sua vida e que, de uma maneira ou de outra, sofreram, em muitos casos, o flagelo da repressão até o limite do paroxismo ou, propriamente, da morte. O texto elabora, assim, o caráter da autoescritura - próxima ao gênero do diário -, que se funda na perspectiva do autor como testemunha-vítima, porém transborda para outros vieses baseados em mediações, nos quais, por sinal, estrutura-se, projetando-se como testemunha que presencia o sofrimento dos demais. Mas não só isso, *Batismo de sangue* apresenta ainda outra faceta narratológica, a construção de um discurso que se aproxima do romance-reportagem, que emerge da perseguição jornalística dos fatos, na tentativa de contar a história de uma queda e estabelecer uma compensação simbólica diante da narrativa oficial. Além disso, há uma profunda especulação reflexiva a partir da formação cristã do narrador a respeito do suplício impingido.

As muitas vozes encontradas no texto se traduzem, em realidade, na combinação de ao menos quatro gêneros narrativos: o diário do sobrevivente, o testemunho de quem presenciou atos de violência a terceiros, o romance-reportagem e a reflexão religiosa. Elas estratificam a unidade linguística da obra, conduzindo-a pelos caminhos sincréticos do que Bakhtin denomina plurilinguismo (BAKHTIN, 2014, p. 125). Certamente, o recurso a tantos gêneros distintos revela algo que refrata em graus diversos a intenção do autor de falar de

uma realidade tão espatifada e dolorida, a tentativa de reconstituir e elaborar, por todos os meios a ele disponíveis, o passado, o trauma, as perdas e a derrota. Buscaremos analisar tais vozes (ou gêneros) ao longo deste estudo.

A abordagem passa pelos motivos que inspiraram não apenas a atuação política do militante Frei Betto, mas a de lideranças e integrantes dos movimentos de resistência, de sua ordem religiosa e de vítimas do arbítrio, com os quais ele estava relacionado. Além disso, o autor prepara uma tessitura de recomposição de seu indivíduo, como sobrevivente, e de uma comunidade, reestabelecendo conexões essenciais daquele período numa perspectiva fundamentalmente relacional (BRISON, 1999, p. 40). Percebe-se que Frei Betto se revela como indivíduo constituído não a partir de uma autossuficiência interna, mas do cruzamento de forças externas (GINZBURG, 2008, p. 3), o que lhe permite assumir o lugar de sujeito de enunciação de uma coletividade, de um articulador. Analisamos o livro de um escritor que opta por se situar como alguém inserido numa rede de relações sociais de um movimento, localizado num contexto histórico, social, religioso e político específico – alguém que não pode recriar o passado sem apelar a esses contornos (JELIN, 2002, p. 19-20). Em suma, pode ser lido pluringuisticamente como a recordação pessoal do próprio trauma e do de terceiros, imersa na narrativa coletiva dos militantes revolucionários como uma reconstrução comunitária, em que o elemento pessoal dissolve-se e confunde-se com o grupal.

Possivelmente por isso, *Batismo de sangue*, já na própria capa, traz como segundo subtítulo “Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito” como meio de apresentar “A luta clandestina contra a ditadura militar” (primeiro subtítulo). Trata-se de um livro cindido entre o “guerrilheiro que incendiou o mundo” (subtítulo da obra de Mario Magalhães *Marighella*, 2012), terreno, e o servo de Cristo, que encerra na profunda e incontornável dor que sofre na alma a paixão do seu Senhor, como “humilde, justo sofredor, torturado, ensanguentado, coroado de espinhos” (BOFF, 2003, p. 14). Da síntese extraída dos sofrimentos físicos e espirituais, entre o céu e a terra, Frei Betto extrai um sacramento e o transforma em livro de memórias.

Para analisar a obra em questão, trataremos, no primeiro ponto, da perspectiva do romance-reportagem encontrada na narrativa, com a qual, por sinal, inicia-se o livro. Na sequência, na segunda passagem, buscaremos a autoescrita de Frei Betto, através da qual podem ser abordadas com maior clareza as questões da subjetividade e da espiritualidade do autor, bem como os contornos literários do testemunho. Note-se que a estrutura dos capítulos do livro propõe uma jornada ao leitor, dividida, ponto a ponto, entre partida, travessia, desorientação, queda e morte. A trilha proposta culmina com o último capítulo “Tito, a paixão”, em que o escritor desenreda mais claramente reflexões religiosas e espirituais. A partir deste capítulo, por fim, buscaremos averiguar os propósitos históricos, políticos e literários do autor.

### **Dossiês: testemunho estruturado a partir do gênero romance-reportagem**

Frei Betto inicia o livro com uma investigação sobre a vida de Carlos Marighella. A partir da noite da morte do revolucionário, em 4 de novembro de 1969, em um capítulo

iniciado com a inquietante frase do jornal *O Globo* “Foi na realidade uma noite do povo”, que talvez aludisse a uma partida de futebol, o autor mergulha na infância, na formação acadêmica, familiar, artística e política do mais importante líder da resistência à ditadura militar no Brasil<sup>1</sup>. A narrativa sobre a atuação política de Marighella aparece entrecortada por fatos históricos sobre o movimento comunista ao redor do mundo, pelos conflitos internos do Partido Comunista Brasileiro, pela I Conferência da OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade em Havana) e pela obra teórica do militante. Trata-se de um dossiê, uma revelação feita em terceira pessoa que aparentemente busca restaurar a verdade a respeito da liderança. Para tanto, o autor coloca-se no lugar do jornalista intrépido em busca da verdade. A narrativa, assim, é estruturada a partir de uma estética realista e, apesar de claramente não ser este o propósito de Betto, a escrita assume, neste ponto, um suspeito tom de neutralidade, que preza, ao menos na forma, pela objetividade. Na verdade, não apenas neste ponto, mas durante toda a construção literária de *Batismo de sangue*, em especial nas passagens heterodieéticas, percebemos o recurso à retórica do jornalismo. Aproxima-se, dessa maneira, da forma do romance-reportagem. Não por acaso o autor se vale de uma frase estampada num jornal para principiar a sua escritura. Além disso, não é coincidência o fato de Frei Betto também ser jornalista, assim como José Louzeiro, João Antônio e Aguinaldo Silva – autores de maior expressão no gênero.

Durante a década de setenta, o romance-reportagem foi bastante cultuado, desfrutando de protagonismo no meio literário. A partir de ficcionalizações de notícias, o romance-reportagem parecia ocupar o vazio da informação na sociedade brasileira durante a censura na mídia (AVELAR, 2003, p. 77). Flora Süssekind fala de uma “literatura de olho no jornalismo”, um novo naturalismo com ênfase na informação, guiado pelos princípios jornalísticos da novidade, clareza, contenção e desficcionalização (1984, p. 174-5). O aviso do autor José Louzeiro aos leitores em seu romance *Infância dos mortos*, publicado em 1977, ilustra a forma do gênero:

Os fatos que dão substância a esta narrativa foram tomados do nosso amargo cotidiano. O autor não se preocupou em alinhá-los cronologicamente, nem se absteve de descrever situações brutais, que mostram muito bem o grau de desumanização a que chegamos (apud SÜSSEKIND, 1984, p. 175).

Verifica-se, assim, uma busca intensa pela realidade, uma literatura como cópia do real, que inocentemente acredita na sua própria transparência (AVELAR, 2003, p. 79).

Na visão de Idelber Avelar, nessas narrativas almejava-se uma identificação catártica do leitor com o repórter-guerreiro, o qual encarnava-se como indivíduo ao enfrentar a censura e revelar a verdade ocultada, o vazio deixado pela destruição da ação da vanguarda guerrilheira (2003, p. 78). Há, portanto, uma continuação hierárquica na relação entre

---

<sup>1</sup> A própria ditadura militar o promovia dessa forma, como pontua Magalhães (2012, p. 412): “O auge da repercussão veio em 20 de novembro de 1968, quando o ministro da Justiça discursou em São Paulo. No quartel-general do II Exército, Luís Antônio da Gama e Silva declarou Marighella ‘inimigo público número um’. O ministro afirmou que o ex-deputado, ‘indubitavelmente, é o chefe do grupo de terror que vem agindo em todo o país.’”

o autor (sujeito que enfrenta tudo e todos para contar histórias reais), os leitores e a perspectiva vanguardista dos movimentos revolucionários de oposição à ditadura em relação ao povo. Sob este ângulo, tal permanência também está presente na vida de Frei Betto, que de membro ativo nas operações de apoio à Aliança Libertadora Nacional (ALN) passa a repórter que desnuda a realidade dos fatos. Nas duas condições, Betto parece se posicionar no mesmo lugar: a vanguarda.

*Batismo de sangue* desempenha outra função, que também era uma das mais fortes características do romance-reportagem, a de oferecer uma compensação simbólica. Süssekind sustenta que tal compensação tem uma dupla dimensão: de um lado, consiste no fornecimento de informações interditas pelo aparato de repressão, na restauração da liberdade de expressão e de informação; do outro, incorpora uma dimensão afetiva (1984, p. 177-179). Diante da derrota desmoralizante sofrida e da imposição do arbítrio, a literatura garantia que a verdade e a razão estavam com o lado derrotado. Avelar destaca que o movimento compensatório alcançava até a culpa da classe média, que havia aderido à histeria anticomunista e apoiado o golpe de 1964 na esperança, logo frustrada, de uma ascensão social e agora tomava consciência da realidade a partir do relato do destemido repórter (AVELAR, 2003, p. 79).

No entanto, interessa-nos mais a substituição compensatória – e suas consequências – ocorrida no campo da esquerda, no qual se localiza a obra em estudo. Ao apregoar a retórica maniqueísta, a narrativa do romance-reportagem não se constituiu como um meio de reflexão sobre os erros dos movimentos de resistência, em qualquer de seus níveis. Além disso, como se observa em *Batismo de sangue*, o realismo reforça a narrativa épica da política, tecendo-se com tipos sociais divididos entre vilões e heróis. Aqui se articula uma operação complexa, insolúvel; ou seja, um paradoxo: o narrador apresenta um mundo fragmentado, corrompido, um mundo romanesco marcado, na perspectiva de Georg Lukács, pelo desterro transcendental (2009, p. 61), mas habitado por sujeitos épicos, heroicos, plenos de si e, em contrapartida, por vilões.

Vale lançar a ressalva de que a história oficial também está monopolizada por um relato político dominante, onde “bons” e “maus” estão claramente identificados (JELIN, 2002, p. 41). É diante dela que se erige a literatura realista e testemunhal de Betto, como resposta, como versão verdadeira da história. Num jogo dialético que se desenrola não como síntese, mas como contrassenso, o relato se coloniza pelo germe que tanto combate, buscando um sentido do passado com vistas a justificar – ou fazer justiça – (n)o presente e externar expectativas políticas voltadas ao futuro. Não se pode deixar de se situar que o livro foi publicado no ano de 1983, apenas quatro anos após a Lei da Anistia (Lei nº. 6.683/79), que deixou impunes os crimes cometidos pelos servidores do Estado de exceção, num período de transição, marcado pelo cenário de confrontação entre atores políticos com experiências e expectativas diferentes, muitas vezes contrapostas, numa verdadeira luta política pela memória. É sabido que a literatura de testemunho reivindica uma conexão com o mundo extraliterário (GINZBURG, 2008, p. 2). Nesse contexto, vê-se que Betto seguiu a corrente das narrativas confessionais que se proliferaram no Cone Sul, que tratavam de denunciar regimes que estupravam mulheres,

espancavam crianças e grávidas, torturavam e executavam sumariamente os dissidentes. Não havia reconciliação possível, não havia acordo. Frei Betto, sem tergiversar, faz a denúncia contundente dos horrores sofridos por si e por seus companheiros.

Feita a ressalva, voltemos à questão em torno das pessoas evocadas em *Batismo de sangue*. Nelas se traduz a decisão política do autor; nelas se encerra a problemática literária. Frei Betto descreve os militantes da resistência à ditadura sem fissuras próprias, eles são quebrados tão-somente pela violência estatal. Para além do carinho do escritor por essas pessoas – algo incontestavelmente chapado no texto –, que conta com várias projeções que serão desenvolvidas no próximo ponto, apreende-se um ideal do militante que reflete as “qualidades pessoais de um guerrilheiro urbano”, difundidas no *Manual do guerrilheiro urbano*, de Carlos Marighella (2003). Não apenas as figuras centrais, como Tito e Marighella, mas Heleni, Zé, Aninha, seus confrades Ivo e Fernando, Clara, Marcelo Carvalheira, dentre outros, são marcados pela valentia, natureza decisiva em defesa da causa do povo, resistência, fidelidade a si mesmos: qualidades inerentes ao guerrilheiro (MARIGHELLA, 2003, p. 5-6). São sujeitos que não podem se perder, por mais destroçados que sejam, pois não precisam se buscar. Algo cristalizado parece conformá-los, um caráter homérico, inatingível e inacessível, orientado por soluções definitivas para um povo, uma nação, um mundo. A figura de Marighella ilustra bem tais inclinações narrativas, uma vez que, para além do militante ideal, é alguém dotado de inteligência incomum, com profunda sensibilidade artística e humana. Até o relacionamento amoroso dele com Clara é abordado de maneira sublime (BETTO, 2001, p. 213-215)<sup>2</sup>. Não que essas não fossem características de Carlos Marighella, mas ele se torna uma personagem arquetípica por ser levado a extremos e, em especial, por não haver um contraponto interno à altura, por sua alma nunca estar realmente em jogo (LUKÁCS, 2009, p. 26).

Algo de novo, todavia, surge na escrita de Frei Betto a respeito de heróis e vilões. Tradicionalmente, o espectro da vilania nos textos de memória dos sobreviventes da ditadura é ocupado por ditadores, colaboradores do regime, torturadores e traidores. O autor, entretanto, problematiza a situação dos ditos traidores, a partir da experiência de Frei Ivo e, em particular, de Frei Fernando, ambos torturados às últimas forças e obrigados a participar do cerco contra Carlos Marighella. Como expressão deste compromisso, Frei Betto lançou, anos depois, *O diário de Frei Fernando* (2009), a partir das notas do diário de prisão dele, expondo o seu suplício. A descrição das torturas infligidas a Ivo e Fernando denuncia o absurdo do rótulo de fraco e traidor atribuído àquele ou àquela que deixara escapar informação sob a dor física e a instrumentalização de seu corpo. Na obra, não há pedidos de perdão, compaixão ou piedade aos religiosos, há a exposição da atrocidade absoluta praticada contra os corpos de sujeitos que foram despojados pela dor da possibilidade da escolha. Neste momento, rompe-se a couraça épica atribuída aos personagens, e seres humanos são apresentados, sem fórmulas estabelecidas, sem soluções, afogados no mais puro caos. A hediondez da tortura é revelada não apenas pelo dilaceramento do corpo, mas por uma quebra interna tão cruel, que necessariamente o sujeito também se rompe.

---

<sup>2</sup> Doravante, todas as referências ao livro *Batismo de sangue* serão feitas apenas com a indicação das páginas.

## Testemunhos em primeira pessoa: recomposição interna da realidade

Ao longo do livro, irrompem vários trechos escritos em primeira pessoa e marcados tipograficamente em itálico, dos quais surge uma voz diferente. Há clara intenção de distingui-los do restante do texto, que intercala um narrador em primeira e terceira pessoa, mais próximo, como visto no ponto anterior, do romance-reportagem. É interessante perceber que, em meio à narrativa de uma história trágica, o próprio autor reclame para si o direito de falar diretamente, sem a intermediação da heterodiegese, sem a proteção do ofício do repórter, inclusive em nome de terceiros. Em regra, tais trechos são dirigidos a lembranças de pessoas que passaram pela vida do autor durante o período abordado na obra, alguns deles mortos ou desaparecidos. Como observado por Jaime Ginzburg, “a escrita do sobrevivente se vincula à memória daqueles que não sobreviveram” (2008, p. 3).

Trata-se da tentativa de atribuir voz a sujeitos silenciados e subjugados, mesmo que se valendo de sua própria fala para enunciar. O autor coloca-se numa posição de multidentalidade, por meio da qual busca alcançar as vivências de vítimas, sejam elas as executadas, as desaparecidas ou aquelas que perderam familiares, companheiros, amigos; e, também, expressar o seu próprio pesar. Apresenta-se, assim, como um articulador de memórias de sofrimento, que faz a leitura do passado a partir dos excluídos e configura o seu discurso para preservar narrações negadas pela história oficial. Não se resume, portanto, a uma representação do passado; antes, preocupa-se com o estabelecimento de identidades políticas (GINZBURG, 2008, p. 5). Frei Betto procura compor uma subjetividade coletiva das vítimas do arbítrio e apresentar uma clara posição no campo político do conflito desvelado. Para tanto, o autor desenvolve uma articulação entre os testemunhos como *supersters* e *testis* conjuntamente – a palavra do sobrevivente e daquele que presenciou o sofrimento alheio (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 1-3) –, porém ambos revelados em primeira pessoa.

Os dois tipos de texto são introduzidos como autoescritura, como diário de seu protagonista, mesmo que composto por outro autor. Nele, caminhamos com aqueles que supostamente enunciam os fatos, “somos tocados pelo ar que o personagem respirava. Tendemos a ver nele um testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 4). Há, no entanto, uma distinção relevante entre o diário em que o autor fala em seu próprio nome e aqueles pequenos trechos que se constituem “como se fossem” pertencentes a diários de terceiros. O primeiro se apresenta como índice, metonímia dos fatos experimentados, nos quais sentimentos, dúvidas e dores de seu autor são expostos. Os outros relatos constituem-se, em geral, como metáforas, como imagens mais distanciadas dos fatos, muitas vezes idealizadas, mais preocupadas com o simbólico do que com o real. Enquanto o diário de Betto busca o encontro impossível com o real (afinal ele sempre nos escapa) e com o passado, os demais trechos se propõem a não permitir o esquecimento de mortos e desaparecidos; soam como o grito “presente!” comumente entoado pela esquerda para reivindicar a voz das pessoas que foram caladas pelo arbítrio.

O relato em primeira pessoa impõe-se no texto, como se a reconstrução daquele passado reclamasse esta voz para falar de coisas que não seriam descobertas sem a presença daquele que

presta seu testemunho. Sabe-se que o poder das palavras não está nas palavras em si, mas na autoridade que representam e nos processos ligados às instituições que as legitimam (JELÍN, 2002, p. 35). Por haver sofrido as marcas do arbítrio, com a privação de sua liberdade, Frei Betto se vale da autoridade da sua palavra para expressar o sujeito que padeceu em sua própria carne, que se inteirou dos fatos pessoalmente (SARLO, 2012, p. 162).

No primeiro desses trechos (p. 25-29), o autor expõe uma visão crítica sobre os rumos dogmáticos do movimento comunista no século XX, a partir de suas lembranças sobre o assassinato de León Trótski e sobre a infantilidade dos movimentos vanguardistas que alimentavam o mito das massas irreduzivelmente revolucionárias e espontaneamente democráticas. Para abrir um livro testemunhal sobre grupos de resistência que se fiavam na crença putschista da guerrilha e suas redes de suporte, Betto faz um alerta que se traduzirá na história de uma derrota. Apesar disto, no segundo trecho em primeira pessoa (p. 41-43) vemos o repúdio à crítica superficial que as gerações mais jovens fazem àquelas que lhe precederam com base exclusivamente na constatação de vitórias ou derrotas. Entrelaçam-se a percepção atual de equívocos e a noção de que eles não eram tão visíveis assim naquele período histórico, ou seja, o relato consiste numa história que sempre argumenta (SARLO, 2012, p. 159). Afigura-se, dessa forma, outra função do emprego da primeira pessoa em *Batismo de sangue*: a de situar a complexidade das escolhas políticas do autor e de sua geração.

Quando se refere a companheiros mortos ou desaparecidos, o texto de Betto apresenta contornos de exéquias, cumprindo a função, segundo Márcio Seligmann-Silva, de dar tûmulo aos mortos (2003, p. 55). No trecho sobre Heleni (p. 66-67), o autor percorre etapas comumente encontradas em discursos de despedidas de pessoas queridas, relatando histórias compartilhadas, características pessoais, sofrimentos, desafios, até fazer a denúncia de seu desaparecimento quando ela estava presa pelos órgãos de segurança. O relato é fechado, entretanto, com a redenção da amiga e companheira de lutas, que se confunde na sua memória com uma divindade. O percurso é semelhante quando se fala sobre Zé (p. 83-87) ou sobre Aninha (p. 148-150), apontando igualmente para a eternidade: “a aurora de nossas esperanças asseguradas pelas promessas do Pai”. O sacerdote Frei Betto se pronuncia nesses momentos e oficia a sepultura dos desaparecidos, concentrando todo o significado litúrgico do seu texto na ressurreição.

É por meio dessa voz que o autor também expõe as dores sofridas pessoalmente, as feridas abertas, as suas crises de fé, as dúvidas. Por vezes, tais relatos soam como desabaços, como forma de se lidar com a angústia, interrompendo uma narrativa que evoca tanto sofrimento numa elaboração semelhante, como lembra Seligmann-Silva (2003, p. 72), à de Prometeu: “Falar-te disso é doloroso para mim, mas calar-me também me causa muitas dores”. Betto foi perseguido, traído por quem lhe ofereceu abrigo e preso por mais de quatro anos. As perseguições iniciaram-se muito antes do período diretamente abordado no livro, a saber, em 1964, quando ele integrava coordenação nacional da Juventude Estudantil Católica e foi preso pela primeira vez, sem qualquer acusação (p. 110-113). Apesar de não haver sido torturado, como ele destaca, o autor presenciou o flagelo da tortura nos seus companheiros, sofreu com a execução de pessoas próximas, sobreviveu às prisões. Logo, configura-se

no texto como sobrevivente, cuja expressão combina perplexidade e necessidade de fala (GINZBURG, 2008, p. 2), que busca elaborar o passado, no sentido trazido por Theodor Adorno (*aufarbeitung*), de elaboração histórica, de lembrar o sofrimento e a miséria provocados por um regime autoritário, a sua política da catástrofe (1995, p. 49). Mesmo empenhando a sua palavra como a expressão sintética de experiências coletivas, Frei Betto afirma-se como indivíduo fraturado, que, como expressão de sua fé, busca a santidade a partir da assunção da própria humanidade (p. 165).

Por fim, ainda através dos trechos aqui tratados, Betto procura desvendar a natureza perversa dos torturadores, decifrar a cisão entre o homem cujo ofício se sustenta no ódio. “Ele espuma de ódio de sua vítima, agride-a, cospe nela, dependura-a no pau-de-arara, aplica-lhe choques elétricos, enfia-a de cabeça para baixo na latrina, queima-a com cigarro aceso. No fim do expediente, volta para casa, beija a mulher, afaga as crianças, passeia com o cachorro, faz suas preces e recosta a cabeça no travesseiro como quem sabe que ‘homem mau dorme bem’”(p. 248-249). A banalização da maldade é a chave que encontra para compreender como a sociedade pode parir essa sorte de sujeito. Para ele, não se trata de uma exceção, mas do extremo de um mundo marcado pela sensibilidade embotada, pela indiferença à dor alheia.

### **A paixão de Tito: a denúncia definitiva**

O livro atinge o seu ápice narrativo no relato sobre a vida e a morte de Frei Tito. O ápice assume aqui a conotação do encerramento de uma jornada, traduzida nos títulos de cada capítulo. A história é iniciada pelo “Itinerário de Carlos Marighella”, passa pela “Travessia do sul”, pelo “Labirinto da prisão”, pela “Cilada da morte”, pela “Catacumba do DOPS” e culmina na “Paixão de Tito”. Trata-se de uma construção que, a nosso ver, se inspira na trajetória de Jesus Cristo, que, segundo a tradição bíblica, inicia seu caminho na Galileia, enfrenta as tentações, confronta-se com a estrutura de poder de seu tempo (política e religiosa), é perseguido, traído por um dos seus discípulos, preso, torturado e sofre uma morte criminosa, mas ressuscita depois de três dias.

Tanto é assim que o capítulo de encerramento conta com 14 passos do martírio de Tito, marcados por passagens textuais em itálico, dispostas entre os subcapítulos 1 e 3, que são palavras do próprio Tito retiradas do relatório por ele organizado sobre as torturas sofridas, publicado pela revista *Look Magazine*, em 7 de abril de 1970, sob o título “Brazil: Government by Torture”. 14 são também as estações da *via crúcis* de Cristo. Na verdade, atualmente são consideradas 15, incluindo-se também a ressurreição.

Na primeira estação, Jesus é condenado à morte. No romance *Um homem chamado Jesus*, também de Frei Betto, depois de expor o absurdo julgamento de Cristo, entre o Sinédrio, Herodes e Pilatos, o narrador resume a sentença definitiva:

Quereis mesmo que eu crucifique o vosso rei? Ironiza o governador. Não temos outro rei, retruca o sacerdote, a não ser César. Caia sobre o nazareno a maldição divina: o suplício da cruz! [...] Pilatos ordena trazerem toalha e bacia

com água. Na presença da multidão, lava as mãos: Sou inocente desse sangue. A responsabilidade é vossa. [...] E entrega Jesus para ser crucificado (2009, p. 345).

O primeiro extrato do calvário de Tito é justamente quando ele é levado à Operação Bandeirantes (OBAN), onde um capitão cospe-lhe a frase: “Você agora vai conhecer a sucursal do inferno” (p. 258). Ele é algemado, jogado no porta-malas de uma perua e sofre cutiladas na cabeça e no pescoço, sob a mira de revólveres.

Na segunda, Cristo é obrigado a carregar a cruz:

Arqueado sob o travessão, Jesus volta-se a elas: Filhas de Jerusalém, não chorais por mim; chorai, antes, por vós mesmas e por vossos filhos! Um guarda bate com o cabo da espada em sua boca e o obriga a calar-se (2009, p. 348-349).

Tito, por sua vez, tem sua prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria de Guerra da 2ª Região Militar e é encaminhado à OBAN.

Na terceira, Cristo cai pela primeira vez; Tito é brutalmente torturado. Na quarta estação, o Nazareno encontra sua mãe; Tito é acolhido por um preso da cela ao lado. Na quinta, Jesus é ajudado por Simão de Cirene; aqui Tito é brutalizado por choques. Na sexta, Verônica limpa a face de Jesus; Tito é forçado a receber a “hóstia sagrada”, que consistia num fio elétrico desencapado. Na sétima, Cristo cai pela segunda vez; Tito, nas palavras do capitão Albernaz, é quebrado por dentro. Na oitava, Jesus encontra as mulheres de Jerusalém; Tito, pela primeira vez, encontra a sombra da morte, decidindo se matar. Na nona, Jesus cai pela terceira vez; Tito abraça definitivamente a ideia do suicídio. Na décima, Jesus é despojado de suas vestes; Frei Tito atenta contra a própria vida. Na décima primeira, Jesus é pregado na cruz; o frade sofre torturas psicológicas e é pregado nas suas lembranças do horror. Na décima segunda, Jesus morre na cruz; Tito é conduzido a um hospital, em frangalhos. Na décima terceira, Jesus é descido da cruz; Tito desce para o Presídio Tiradentes. Na última, Cristo é sepultado; Tito denuncia o suplício sofrido em seu relatório e o encerra com a alusão: “mais um morto pelas torturas”.

Vê-se que evidentemente não há uma correspondência exata entre as passagens, mas há um percurso de sofrimento, uma via dolorosa percorrida por ambos em 14 estações. De acordo com o autor, em consulta feita para este artigo, não se propunha intencionalmente nenhuma relação direta entre o suplício de Tito e a Via Sacra, mas, como ele próprio ressaltou, “é óbvio que a gente também escreve com o inconsciente”.

Os passos da via dolorosa de Frei Tito são intercalados por intervenções de Frei Betto, que podem ser lidas como litúrgicas exaltações à figura do mártir. Nestes trechos, o autor desfia a sua revolta diante do amigo seviciado, expõe a gravidade dos crimes cometidos pelo Estado, mas, acima de tudo, resgata a memória do frade criminosamente vitimado. Trata-se de uma reparação histórica promovida pelo escritor, como externada por ele mesmo. Dom José Delgado, arcebispo de Fortaleza, em carta datada de 28 de julho de 1970, exorta, profeticamente, o frade Tito: “Seja digno da vocação de mártir da caridade” (p. 269). O autor nos apresenta Tito como aquele que “encarnou todos os horrores do regime militar brasileiro” (p. 288).

No decorrer do capítulo, a partir de cartas e depoimentos, percebemos como as torturas capturaram completamente a existência de Tito, conduziram-no à loucura, apesar de todas as suas tentativas de resistir durante seu exílio. O trauma infligido desdobra-se no desfazimento do próprio ser, de sua individualidade; o trauma destrói a crença de que o sujeito pode voltar a ser ele mesmo na relação com os demais (BRISON, 1999, p. 41).

O relato de Betto sobre Tito espelha o Messias sofredor, seu mestre, cuja morte vergonhosa na cruz foi rejeitada pelo povo hebreu, o qual perseguiu o grupo de seus seguidores. De tal acossamento originam-se as missões entre os pagãos (BOFF, 2003, p. 59). Na pequena cruz de madeira que coube a Tito, no cemitério dominicano de Sainte Marie de la Tourette, na França, há a inscrição: “Frei da Província do Brasil. Encarcerado, torturado, banido, atormentado... até a morte, por ter proclamado o Evangelho, lutando pela libertação de seus irmãos. Tito descansa nesta terra estrangeira” (p. 285). Leonardo Boff revela que, pronunciada a sentença capital, Jesus foi entregue ao procedimento de torturas, tendo sido desnudado, flagelado, ofendido em sua dignidade, feito objeto de troça aviltante (2003, p. 79). Depois da condenação injusta, das torturas, dos fantasmas que lhe roubaram a possibilidade de viver (“é melhor morrer que perder a vida”, palavras do frade), Tito jaz em terra estrangeira, sem lugar entre os seus. Em *Batismo de sangue*, Tito transcende a si mesmo e representa as demais vítimas da ditadura militar, cujos algozes nunca foram punidos.

A partir de Tito, Betto revela o retrato de uma geração.

GUEIROS, A. M. M. Baptism of Blood: a testimony of many voices. **Olho d'água**. v. 12, n. 2, p. 64-75, 2020. ISSN 2177-3807.

## Referências

ADORNO, T. W. O que significa elaborar o passado. In: \_\_\_\_\_. *Educação e emancipação*. Trad., pref. e int. Wolfgang Leo Maar. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 29-49.

ARNS, P. E. Prefácio. In: BETTO, F. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. 12. ed. rev. e amp. São Paulo: Casa Amarela, 2001. p. 15-15.

AVELAR, I. *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BETTO, F. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. Pref. Paulo Evaristo Arns. 12. ed. rev. e amp. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

\_\_\_\_\_. *Diário de Fernando: nos cárceres da ditadura militar brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

BOFF, L. *Paixão de Cristo, paixão do mundo: os fatos, as interpretações e o significado ontem e hoje*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRISON, S. J. Trauma narratives and the remaking of the self. In: BAL, M.; CREWE, J.; SPITZER, L. (Eds.). *Acts of memory: cultural recall in the present*. Hanover; London: University Press of New England, 1999. p. 39-54.

GINZBURG, J. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Conexão Letras*, Bento Gonçalves, v. 3, n. 3, p. 1-6, 2008. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/55604/33808>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. 1. ed. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

LUKÁCS, G. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad., posf. e not. José Marcos Mariani de Macedo. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2009.

MAGALHÃES, M. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

MARIGHELLA, C. *Manual do guerrilheiro urbano*. 1. ed. [S.l.]: Sabotagem, 2003.

SARLO, B. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo: una discusión*. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina, 2012.

SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. 1. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 71-98, jun. 1995. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2255/1348>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. O local do testemunho. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894/1532>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

SÜSSEKIND, F. *Tal Brasil, qual romance?: uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

Recebido em: 3 jun. 2020

Aceito em: 19 out. 2020